

Boletim Informativo Tributário

Nº 470 - JUNHO/2019

ESSE BOLETIM ENCONTRA-SE EM
WWW.CCA.COM.BR

Consultoria,
treinamento para gestão administrativa
e atuação em processos e negócios.

CCA
BERNARDON
CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA

NESTA EDIÇÃO:

TRIBUTOS FEDERAIS

Agenda Tributária Federal – Junho/2019.....	04
DDA à Distância – Inclusão de Novos Serviços.....	04
e-Financeira - Aprovada a Versão 1.1.2 do Manual de Preenchimento..	04
Certidão de Regularidade Fiscal e Retificação de Darf e GPS - Procedimentos Relativos à Abertura de Dossiê Digital pelo e-CAC.....	04
ECF - Publicação da versão 5.1.1 do Programa da Escrituração Contábil Fiscal.....	04
- Atualização do Arquivo de Tabelas Dinâmicas.....	05
ECD - Publicação da versão 6.0.5 do Programa da Escrituração Contábil Digital.....	05
- Escrituração Contábil Digital - Alteração na Instrução Normativa RFB n. 1.774/2017.....	05
Parcelamento de Débitos com a Fazenda Nacional - Regulamentação por Atos da RFB e da PGFN.....	05
- Disciplinado pela PGFN.....	06
- Disciplinado pela RFB.....	07
Nova versão do CNPJ - Informativo DRF/POA nº 17.....	08
DCTFWEB - Receita Apresenta Instruções Sobre a Emissão de Darf Avulso para 2º Grupo de Obrigados a DCTFWeb.....	09

IMPOSTO DE RENDA - PESSOA FÍSICA

Imposto de Renda na Fonte.....	09
PGD Dirf 2019 - Alteração da Instrução Normativa RFB n. 1.836/2018..	10

INSS

Contribuição Previdenciária - Tabela de Salário-Contribuição.....	11
- Salário-Família.....	11
eSocial - Nota Técnica nº 11/2019 – Código CNAE.....	11
- Nota Técnica nº 13/2019 - Ajustes do Leiaute da versão 2.5..	12
Consulta Obrigatoriedade - eSocial e DCTFWeb já está Disponível....	12
CNAE - Empresas Devem Realizar Atualização Conforme Instrução Normativa RFB 1.867/2019.....	13

Regime Geral de Previdência Social - Exigência de Inscrição do Motorista de Transporte Remunerado Privado Individual de Passageiros como Contribuinte Individual.....	14
Limpeza da Base de Dados - Ambiente de Produção Restrita Acontecida em 20/05.....	15

TRABALHO

FGTS - Manual de Orientação Retificação de Dados, Transferência de Contas Vinculadas e Devolução de Valores Recolhidos a Maior - versão 3..	15
eSocial - Grupo 2 Poderá Utilizar GRF e GRRF até Outubro/2019.....	15
Gestantes e Lactantes - STF Confirma Proibição de Trabalho Insalubre..	15

ICMS

ICMS ST - Operações com Produtos Alimentícios – Alteração no o Protocolo ICMS 188/2009.....	16
- Operações com Lâmpada Elétrica, Diodos e Aparelhos de Iluminação – Alteração no Protocolo ICM 17/1985.....	16
- ST nas Operações com Bebidas Quentes - Adesão do Estado do Pará e Altera o Protocolo ICMS 103/2012.....	16
Protocolo ICMS 69/2008 - Adesão do Estado de Roraima.....	16
NT 2019.001 - Publicada a Versão 1.00.....	16
EFD ICMS IPI - PVA Versão 2.5.2.....	17
Alterações no RICMS/RS Divulgadas Pela SEFAZ/RS.....	17
Alterações no Regulamento.....	18
Alterações na Instrução Normativa DRP 45/98, divulgadas pela SEFAZ/RS.....	18

RECOLHIMENTO FORA DE PRAZO

Tributos Federais.....	18
Tributos Estaduais.....	19
Tributos Municipais.....	19

INFORMES ECONÔMICOS

Salário-Mínimo, UPF, UFM, UPC, TJLP, INPC, IGPM, SELIC, UIF, ITR e Outros.....20

Dólar (Cotação Diária).....20

TRIBUTOS FEDERAIS

AGENDA TRIBUTÁRIA FEDERAL

• **Junho/2019:** Os vencimentos dos prazos para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e para apresentação das principais declarações, demonstrativos e documentos exigidos por esse órgão, definidas em legislação específica, no mês de junho de 2019, são os constantes do Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo Codac n. 12/2019 - Edição de 29 de maio de 2019.

DDA À DISTÂNCIA

• **Inclusão de Novos Serviços:** Com a publicação do ADE Cogea nº 4/2019, que alterou o ADE Cogea nº 1/2019, a partir de 3/5/2019, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado estão obrigadas a utilizar o Dossiê Digital de Atendimento a distância na solicitação dos serviços abaixo:

- requerimento de certidão de regularidade fiscal para imóvel rural (CND ITR);
- retificação de documentos de arrecadação GPS;
- retificação de documentos de arrecadação Darf.

Fonte: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE.

E-FINANCEIRA

• **Aprovada a Versão 1.1.2 do Manual de Preenchimento:** O Ato Declaratório Executivo COFIS n. 17/2019, DOU de 03 de maio de 2019, aprova a versão 1.1.2 do Manual de Preenchimento da e- Fi-

nanceira, de que trata o inciso II do art. 15 da Instrução Normativa RFB n. 1.571/2015, constante do anexo único disponível para download na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço «<http://sped.rfb.gov.br/arquivo/show/1767>».

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL E RETIFICAÇÃO DE DARF E GPS

• **Procedimentos Relativos à Abertura de Dossiê Digital pelo e-CAC:** Ato Declaratório Executivo n. 05/2019, DOU de 07 de maio de 2019, informa os procedimentos relativos à entrega de documentos digitais de empresas sucedidas pelas empresas sucessoras; à apresentação de manifestação de inconformidade/impugnação, nas hipóteses de: (i) processos eletrônicos, (ii) inexistência de processo digital ou eletrônico que controle o débito impugnado; aos requerimentos de certidões de regularidade fiscal; e aos pedidos de retificações de pagamentos solicitados por dossiê digital de atendimento aberto via e-CAC, bem como estabelece outros procedimentos.

ECF

• **Publicação da versão 5.1.1 do Programa da Escrituração Contábil Fiscal:** De acordo com a notícia publicada no Portal do Sped no dia 14 de maio de 2019 (<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/3032>), foi publicada a versão 5.1.1 do programa da ECF com as seguintes alterações:

- Correção da geração dos períodos do bloco U (Imunes/isentas).
- Correção do erro de Java na impressão de relatórios.

A versão 5.1.0 do programa da ECF não poderá mais ser utilizada para transmissão.

O programa está disponível no link abaixo, a partir da área de downloads do site do Sped:

<http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/sped-sistema-publico-de-escrituracao-digital/escrituracao-contabil-fiscal-ecf/sped-programa-sped-contabil-fiscal>

• **Atualização do Arquivo de Tabelas Dinâmicas:** De acordo com a notícia do Portal do Sped do dia 29 de maio de 2019 (<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/4067>), foi atualizado o arquivo de Tabelas Dinâmicas da ECF, com a inclusão da conta de código 1.990, de acordo com o inciso IV do art. 277 do Decreto n. 9.580/2018, reproduzido abaixo:

Livro de Apuração do Lucro Real

Art. 277. No Lalur, o qual será entregue em meio digital, a pessoa jurídica deverá (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 8º, caput, inciso I):

(...)

IV - manter os registros de controle dos valores excedentes a serem utilizados no cálculo das deduções nos períodos de apuração subsequentes, dos dispêndios com programa de alimentação ao trabalhador e outros previstos neste Regulamento.

ECD

• **Publicação da versão 6.0.5 do Programa da Escrituração Contábil Digital:** De acordo com a notícia publicada no Portal do Sped no dia 15 de maio de 2019 (<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/3033>), foi publicada a versão 6.0.5 do programa da Escrituração Contábil Digital (ECD), com as seguintes alterações:

• Melhoria no desempenho do programa no momento da validação; e

• Correção do relatório de impressão da DLPA/DMPL.

O programa está disponível no link abaixo, a partir da área de downloads do site do Sped:

<http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes>

-e-demonstrativos/sped-sistema-publico-de-escrituracao-digital/escrituracao-contabil-digital-ecd/escrituracao-contabil-digital-ecd

• **Escrituração Contábil Digital - Alteração na Instrução Normativa RFB n. 1.774/2017:** A Instrução Normativa RFB n. 1.894/2019, DOU de 17 de maio de 2019, altera a Instrução Normativa RFB n. 1.774/2017, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD).

Com essa publicação, a Escrituração Contábil Digital (ECD) não se aplica a partir da publicação dessa Instrução Normativa, às pessoas jurídicas imunes e isentas que auferiram, no ano-calendário, receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados cuja soma seja inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) ou ao valor proporcional ao período a que se refere a escrituração contábil.

Além disso, a Sociedade em Conta de Participação (SCP) enquadrada nas hipóteses de obrigatoriedade de apresentação da ECD deve apresentá-la como livro próprio.

PARCELAMENTO DE DÉBITOS COM A FAZENDA NACIONAL

• **Regulamentação por atos da RFB e da PGFN:**

A Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 895/2019, DOU de 16 de maio de 2019, dispõe que os parcelamentos de que tratam os arts. 10 a 13 e 14 a 14-F da Lei n. 10.522/2002, serão regulamentados por atos próprios da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito de suas competências.

Diante disso, foram publicados os seguintes atos:

a) Portaria PGFN nº 448, DOU de 16.05.2019; e

b) Instrução Normativa RFB nº 1.891, DOU de 16.05.2019

O valor de cada parcela será obtido mediante a divisão do valor da dívida consolidada pelo número de parcelas solicitadas, observados os limites mínimos de:

I - R\$ 200,00 (duzentos reais), quando o devedor for pessoa física; ou

II - R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando:

- a) o devedor for pessoa jurídica;
- b) o débito for relativo a obra de construção civil, de responsabilidade de pessoa física ou jurídica; ou
- c) se tratar do parcelamento previsto no art. 10-A da Lei nº 10.522/2002.

Para os pedidos de parcelamento efetuados até 30 de setembro de 2019, os valores mínimos são de:

I - R\$ 100,00 (cem reais), quando o devedor for pessoa física, ou quando se tratar de débito relativo a obra de construção civil sob responsabilidade de pessoa física;

II - R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando o devedor for pessoa jurídica; e

III - R\$ 10,00 (dez reais) na hipótese de parcelamento previsto no art. 10-A da Lei nº 10.522/2002.

Ficam revogadas as Portarias Conjuntas PGFN/RFB nº 15/2009, e 11/2011.

• **Disciplinado pela PGFN:** A Portaria PGFN n. 448/2019, DOU de 16 de maio de 2019, dispõe sobre o parcelamento de que tratam os artigos 10 a 13 e 14 a 14-F da Lei n. 10.522/2002, para os débitos inscritos em dívida ativa da União e administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, inscritos em dívida ativa da União e administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), poderão, a exclusivo critério da autoridade fazendária, ser parcelados em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, nos termos da Lei n. 10.522/2002. As disposições constantes desta portaria não se aplicam:

I - ao parcelamento dos débitos decorrentes de contribuições sociais instituídas pelos artigos 1º e 2º da Lei Complementar n. 110/2001;

II - ao parcelamento de débitos tributários apurados na forma do

Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar n. 123/2006.

O requerimento de parcelamento será realizado exclusivamente por meio da plataforma Regularize, no sítio da PGFN na Internet, no endereço <http://www.regularize.pgfn.gov.br>. A formalização do parcelamento fica condicionada ao pagamento da primeira prestação, conforme o montante do débito e o prazo solicitado, o que deverá ocorrer até o último dia útil do mês do requerimento.

A dívida será consolidada na data do requerimento de parcelamento e resultará da soma:

I - do principal;

II - das multas de mora, de ofício e isoladas;

III - dos juros de mora; e

IV - dos honorários ou encargos-legais.

A consolidação abrangerá a totalidade das competências parceláveis dos débitos que compõem as inscrições em dívida ativa da União indicadas pelo sujeito passivo no requerimento de parcelamento, vedado o desmembramento para tal fim. O valor de cada parcela será obtido mediante a divisão do valor da dívida consolidada pelo número de parcelas solicitadas, observados os limites mínimos de:

I - R\$ 200,00 (duzentos reais), quando o optante for pessoa física; e

II - R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando:

- a) o optante for pessoa jurídica;
- b) o débito for relativo a obra de construção civil, de responsabilidade de pessoa física ou jurídica; ou
- c) se tratar do parcelamento previsto no art. 10-A da Lei n. 10.522/2002.

Para os pedidos de parcelamento efetuados até 30 de setembro de 2019, os valores mínimos mencionados acima serão de:

I - R\$ 100,00 (cem reais), quando o devedor for pessoa física ou quando se tratar de débito relativo a obra de construção civil sob responsabilidade de pessoa física;

II - R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando o devedor for pessoa jurídica; e

III - R\$ 10,00 (dez reais), quando se tratar do parcelamento previsto no art. 10-A da Lei n. 10.522/2002.

O valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. As prestações vencerão no último dia útil de cada mês.

O sujeito passivo que desejar parcelar, na forma desta Portaria, débitos objeto de parcelamentos ativo deverá, previamente à apresentação do pedido de parcelamento, solicitar a desistência do parcelamento em curso, por meio da plataforma Regularize.

Será admitido reparcelamento de inscrições em dívida ativa objeto de parcelamento anterior. A formalização do reparcelamento fica condicionada ao recolhimento da 1ª (primeira) parcela em valor correspondente a:

I - 10% (dez por cento) do total dos débitos consolidados; ou

II - 20% (vinte por cento) do total dos débitos consolidados, caso seja incluída alguma inscrição em dívida ativa com histórico de reparcelamento anterior.

Implicará a imediata rescisão do parcelamento a falta de pagamento:

I - de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não; ou

II - de até 2 (duas) parcelas, estando pagas todas as demais ou estando vencida a última prestação do parcelamento.

A concessão de parcelamento de débitos cujo valor consolidado seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) fica condicionada à apresentação de garantia real ou fidejussória.

• **Disciplinado pela RFB:** A Instrução Normativa RFB n. 1.891/2019, DOU 16 de maio de 2019, dispõe sobre o parcelamento de débitos perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Bra-

sil de que tratam os arts. 10 a 13 e 14 a 14-F da Lei nº 10.522/2002, em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas.

O requerimento de parcelamento deverá ser formalizado no sítio da RFB na Internet, no endereço <http://rfb.gov.br>. O requerimento de parcelamento deverá ser formalizado na unidade da RFB do domicílio tributário do devedor nas seguintes hipóteses:

I - quando não for possível a formalização do requerimento pela Internet, hipótese em que o contribuinte será orientado a comparecer à unidade da RFB;

II - quando se tratar de parcelamento especial concedido a empresas em recuperação judicial; ou

III - quando se tratar de parcelamento de débitos de estados, Distrito Federal ou municípios.

O deferimento do pedido de parcelamento formalizado ficará condicionado ao pagamento da 1ª (primeira) parcela. Depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de protocolo sem manifestação da autoridade fazendária, o pedido de parcelamento será automaticamente deferido, desde que tenha sido efetuado o pagamento da 1ª (primeira) parcela e o requerente cumpra os requisitos estabelecidos por esta Instrução Normativa.

O valor de cada prestação será obtido mediante divisão do valor da dívida consolidada pelo número de parcelas informado no requerimento, observados os limites mínimos de:

I - R\$ 200,00 (duzentos reais), quando o devedor for pessoa física; ou

II - R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando:

a) o devedor for pessoa jurídica;

b) o débito for relativo a obra de construção civil, de responsabilidade de pessoa física ou jurídica; ou

c) se tratar do parcelamento previsto no art. 10-A da Lei nº 10.522/2002.

Para os pedidos de parcelamento efetuados até 30 de setembro de 2019, os valores mínimos mencionados acima serão de:

I - R\$ 100,00 (cem reais), quando o devedor for pessoa física,

ou quando se tratar de débito relativo a obra de construção civil sob responsabilidade de pessoa física;

II - R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando o devedor for pessoa física, ou quando se tratar de débito relativo a obra de construção civil sob responsabilidade de pessoa física; e

III - R\$ 10,00 (dez reais), na hipótese do parcelamento previsto no art. 10-A da Lei nº 10.522/2002.

O valor de cada prestação, inclusive das previstas no art. 10, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado.

Parcelamentos em curso ou que tenham sido rescindidos podem ser alterados para inclusão de novos débitos, nas condições estabelecidas por esta Instrução Normativa, mediante procedimento de reparcelamento. O deferimento do pedido de reparcelamento de débitos fica condicionado ao recolhimento da 1ª (primeira) prestação em valor correspondente:

I - a 10% (dez por cento) do total dos débitos consolidados, caso haja débito com histórico de parcelamento anterior; ou

II - a 20% (vinte por cento) do total dos débitos consolidados, caso haja débito com histórico de reparcelamento anterior.

O parcelamento de que trata esta Instrução Normativa poderá ser requerido nas seguintes modalidades:

I - parcelamento ordinário;

II - parcelamento simplificado para débitos cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); ou

III - parcelamento para empresas em recuperação judicial.

O parcelamento concedido na forma disciplinada por esta Instrução Normativa será rescindido em caso de falta de pagamento:

I - de 3 (três) prestações, consecutivas ou não; ou

II - de até 2 (duas) prestações, estando pagas todas as demais ou estando vencida a última prestação do parcelamento.

NOVA VERSÃO DO CNPJ

• **Informativo DRF/POA nº 17:** De acordo com o Informativo DRF/POA nº 17, enviado no dia 20 de maio de 2019 pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Porto Alegre/RS, o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) passa por melhorias no contexto da Redesim. A Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros alerta que algumas solicitações terão de ser refeitas.

Sendo assim, no dia 20 de maio de 2019 foi implementada a versão CNPJ 5.1 que traz as seguintes alterações:

- Nova Tabela de CNAE;
- Implementação das Novas Naturezas Jurídicas de Fundos Públicos;
- Implementação de nova Natureza Jurídica específica para as Cooperativas de Consumo.

Todas as solicitações CNPJ em andamento envolvendo as CNAE extintas (5611-2/02, 1610-2/01, 1610-2/02, 4541-2/05, 4713-0/01 e 4713-0/03) ou a Natureza Jurídica 120-1 de Fundo Público que também foi extinta, devem ter sido canceladas durante o fim de semana.

O contribuinte deverá enviar nova solicitação, utilizando as novas CNAE ou as novas NJ de Fundo Público. As Pesquisas Prévia de Viabilidade “Aprovadas” envolvendo as CNAE extintas, não poderão ser utilizadas. O contribuinte deverá efetuar nova Pesquisa Prévia de Viabilidade.

Outras melhorias no CNPJ incluem:

- Implantação de evoluções no Sistema CNPJ relacionadas a Pluralidade de Sócios;
- Evolução da integração do CNPJ com o Simples Nacional.

• **Receita Apresenta Instruções Sobre a Emissão de Darf Avulso para 2º Grupo de Obrigados a DCTFWeb:** A Receita Federal do Brasil (RFB), publicou no por meio do seu site (<http://receita.economia.gov.br/noticias/ascom/2019/maio/receita-apresenta-instrucoes-sobre-a-emissao-de-darf-avulso-para-transmissao-da-dctfweb>), no dia 20 de maio de 2019, a notícia sobre a apresentação de instruções sobre a emissão de Darf Avulso para 2º grupo de obrigados a DCTFWeb.

A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil iniciou, neste mês de maio, a recepção da DCTFWeb das empresas do 2º Grupo da DCTFWeb, que são aquelas que tiveram faturamento superior a R\$ 4,8 milhões em 2017.

Considerando que muitas empresas solicitaram retificação da ECF e que não haverá tempo hábil para habilitar a transmissão da DCTFWeb, impossibilitando a emissão de DARF numerado dentro do prazo de vencimento, estas empresas devem seguir as seguintes orientações:

1. Enviar pedido de reenquadramento no Grupo 2 ao Fale Conosco da DCTFWeb. Se já tiver sido enviado o requerimento, não é necessário novo pedido;
2. Acessar o Sicalcweb para emissão de DARF avulso. Informar para o PA 04/2019 os seguintes parâmetros:
 - a. Código de Receita: 9410;
 - b. Período de Apuração: 01/04/2019;
 - c. Número do CNPJ: CNPJ matriz do contribuinte;
 - d. Número de referência: não preencher;
 - e. Valor Principal: total devido no mês, incluindo Patronal, Desconto de Segurados e Terceiros;
 - f. Valor da Multa e dos Juros: devem ser calculados pelo contribuinte, caso aplicável;
 - g. Valor total: soma de valor principal, multa e juros.
3. Não utilizar GPS para pagamento dos débitos que devem ser

declarados em DCTFWeb;

4. Após a comunicação de liberação, transmitir a DCTFWeb;
5. Em seguida, acessar o sistema SISTAD (Ajustar Documentos de Arrecadação) para ajustar o DARF avulso aos débitos declarados na DCTFWeb.

Por último, a RFB informou que, nesse período inicial de obrigatoriedade da DCTFWeb, não haverá emissão automática de Multa por Atraso no Envio de Declarações – MAED – para a DCTFWeb, no caso de transmissão da declaração após o prazo de envio.

IR - PESSOA FÍSICA

IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

A Lei n. 13.149/2015, DOU de 22 de julho de 2015, altera as Leis nºs 11.482/2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, 7.713/1988, 9.250/1995, e 10.823/2003.

A norma em questão, dispõe sobre a conversão da Medida Provisória nº 670/2015 em lei, a qual trata sobre:

a) Aprovação da tabela progressiva mensal a seguir, a ser utilizada a partir do mês de abril/2015 para fins da apuração do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas:

Base de cálculo mensal (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IR (R\$)
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

b) Alteração dos limites referentes a:

b.1) Dedução título de dependentes, para fins de cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte mensal – R\$ 189,59 e para o imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual – R\$ 2.275,08;

b.2) Limite de dedução com despesas de instrução, para fins de apuração do Imposto devido na Declaração de Ajuste Anual – R\$ 3.561,50;

b.3) Valor-limite do desconto simplificado, que substituirá todas as deduções permitidas na legislação, correspondente à dedução de 20% do valor dos rendimentos tributáveis na Declaração de Ajuste Anual – R\$ 16.754,34;

b.4) Rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, de transferência para a reserva remunerada ou de reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade – R\$ 1.903,98.

c) Rendimentos recebidos acumuladamente, o qual dispõe que:

c.1) os rendimentos recebidos acumuladamente e submetidos à incidência do Imposto de Renda com base na tabela

progressiva, quando correspondentes a anos-calendário anteriores ao do recebimento, serão tributados exclusivamente na fonte, no mês do recebimento ou crédito, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês; e

c.2) no caso dos rendimentos recebidos acumuladamente, quando correspondentes ao ano-calendário em curso, eles serão tributados no mês do recebimento ou crédito, sobre o total dos rendimentos, diminuídos do valor das despesas com ação judicial necessárias ao seu recebimento, inclusive de advogados, se tiverem sido pagas pelo contribuinte, sem indenização.

PGD DIRF 2019

• **Alteração da Instrução Normativa RFB n. 1.836/2018:** A Instrução Normativa RFB n. 1.892/2019, DOU de 16 de maio de 2019, altera a Instrução Normativa RFB n. 1.836/2018, que dispõe sobre a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte relativa ao ano-calendário de 2018 e a situações especiais ocorridas em 2019 (Dirf 2019) e sobre o Programa Gerador da Dirf 2019 (PGD Dirf 2019).

Com essa publicação, no caso de extinção decorrente de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total ocorrida no ano-calendário de 2019, a pessoa jurídica extinta deverá apresentar a Dirf 2019 relativa ao ano-calendário de 2019 até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do evento, exceto se o evento ocorrer no mês de janeiro de 2019, caso em que a Dirf 2019 poderá ser apresentada até o último dia útil do mês de março de 2019.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

• **Tabela de Salário-Contribuição:** A Portaria ME n. 09/2019, DOU de 16 de janeiro de 2019, trouxe a nova tabela de contribuição previdenciária a ser aplicada sobre os fatos geradores que ocorrerem a partir de 1º de janeiro de 2019, relativamente aos segurados empregados, domésticos e trabalhadores avulsos, conforme segue:

Salário de Contribuição (R\$)	Alíquota para fins de recolhimento ao INSS
Até 1.751,81	8%
De 1.751,82 até 2.919,72	9%
De 2.919,73 até 5.839,45	11%

O valor da quota do salário-família, a partir da competência janeiro de 2018, é de:

I – R\$ 46,54: para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 907,77; e

II – R\$ 32,80: para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 907,77 e igual ou inferior a R\$ 1.364,43.

Por força da elevação do salário-mínimo nacional para R\$ 998,00, a partir deste mês de janeiro, o salário-de-benefício e o salário-de-contribuição não poderão ser inferiores a R\$ 998,00 nem superiores a R\$ 5.839,45.

Observação: Com a divulgação da nova tabela de desconto previdenciário, já está liberado o envio de eventos de remuneração (S-1200) para o eSocial, que estava bloqueado desde o início do mês. (Fonte: site do eSocial)

• **Nota Técnica nº 11/2019 – Código CNAE:** Foi publicada no Portal WEB do eSocial (<http://portal.esocial.gov.br/>) a Nota Técnica nº 11/2019 que dispõe sobre a tabela de códigos CNAE utilizada pelo eSocial que foi atualizada em janeiro/2019.

O código CNAE a ser preenchido nos eventos de tabela de Estabelecimentos (S-1005) deve respeitar o Anexo I da Instrução Normativa RFB n. 971/2009, com as alterações da Instrução Normativa RFB n. 1867/2019. Essa orientação consta na Nota Técnica 11/2019.

Com relação aos códigos de CNAE:

a) Os códigos criados pela IN RFB n.1867/19 possuem início de vigência no eSocial em 01/01/2019;

b) Os códigos com alteração de descrição pela referida IN tiveram término de vigência em 31/12/2018 (descrição anterior) e início de vigência em 01/01/2019 (descrição atual);

c) Os códigos que deixaram de existir pela referida IN têm término de vigência no eSocial em 31/03/2019. A partir da competência 04/2019 o evento S-1005 deverá ter o CNAE atualizado.

ORIENTAÇÕES:

Dessa forma, caso o código CNAE cadastrado anteriormente pelo empregador não conste no Anexo I da IN n. 1867/19, o empregador deverá enviar um evento S-1005 preenchendo o grupo NOVA VALIDADE com data de início em 04/2019 e informando o CNAE atualizado. Depois de atualizar as tabelas de estabelecimentos, o empregador deverá reenviar o evento de fechamento da folha (S-1299).

• **Nota Técnica nº 13/2019 - Ajustes do Leiaute da versão 2.5:** Foi publicada no dia 30 de abril de 2019 no Portal WEB do eSocial (<https://portal.esocial.gov.br/manuais/nota-tecnica-13-2019.pdf>) a Nota Técnica nº 13/2019 que dispõe sobre o ajustes na versão 2.5 do leiaute do eSocial.

Diante da necessidade de ajustes na versão 2.5 do leiaute do eSocial, já está disponibilizada no Portal WEB (<http://portal.esocial.gov.br/>) a relação das adequações realizadas.

A data prevista para implantação no ambiente de Produção Restrita é 14/05/2019 e no ambiente de Produção é 21/05/2019.

- Item 1: Alteração de redação para dirimir dúvidas, deixando claro que a segunda parte da validação era direcionada aos implementadores do sistema, e não aos usuários.

- Item 2: O treinamento anterior à admissão pode ter sido realizado por outro empregador ou pelo empregador atual.

- Item 3: Alteração de redação para deixar claro que a convocação para trabalho intermitente só deve ser informada se a data fim do trabalho intermitente for posterior a obrigatoriedade do eSocial e, quando a data de início do trabalho for anterior, dever ser informada a data do início dessa obrigatoriedade.

- Item 4: CNO - Informação necessária para repasse ao sistema SERO (Serviço Eletrônico de Regularização de Obra).

- Item 5: Compatibilizar categoria de Contribuinte Individual (Empresário Empresários, sócios e membro de conselho de administração ou fiscal) com lotação tributária de pessoa jurídica tomadora de serviços prestados mediante cessão de mão de obra, exceto contratante de cooperativa, nos termos da lei 8.212/1991.

- Item 6: Ajustar a regra para impedir o envio de alguns ti-

pos de eventos com data posterior ao óbito informado através de CAT, não apenas ao mesmo vínculo, mas ao trabalhador.

- Item 7: Permitir a retificação da data de desligamento ou término de TSVE nos eventos S-2299/S-2399, desde que não altere o mês do evento original.

- Item 8: Na recepção dos eventos S-2206 e S-2306, restringir ao CPF (número e situação cadastral) a validação na base da RFB para evitar divergências na recepção destes eventos quando extemporâneos e anteriores a uma alteração de nome do trabalhador.

- Item 9: Permitir a recepção do evento de CAT de reabertura ou de óbito com data anterior à transferência ou mudança de CPF do empregado.

- Item 10: Permitir o envio de admissão preliminar quando o empregador possuir um S-2200 para aquele trabalhador, desde que seja em contrato já inativo.

CONSULTA OBRIGATORIEDADE

• **eSocial e DCTFWeb já está Disponível:** Foi publicada no dia 06 de maio de 2019 no Portal WEB do eSocial (<http://portal.esocial.gov.br/noticias/consulta-obrigatoriedade-ao-esocial-e-a-dctfweb-ja-esta-disponivel>) a notícia sobre a disponibilidade da ferramenta de consulta à obrigatoriedade ao eSocial e à DCTFWeb.

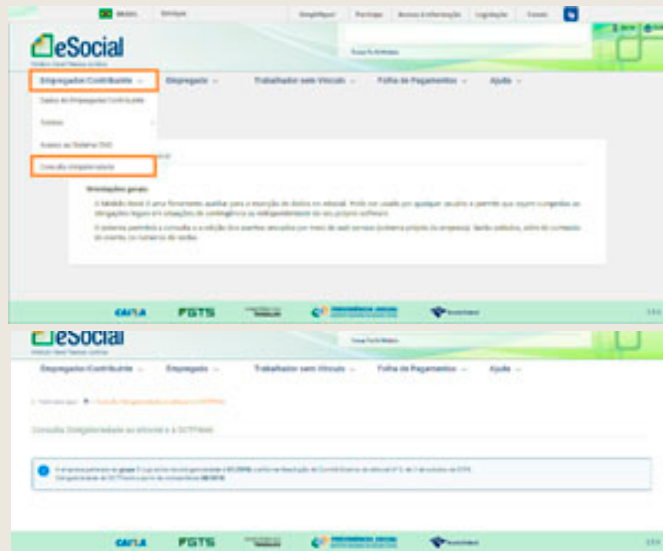
A ferramenta foi disponibilizada no módulo web do eSocial

Portanto, já está disponível a ferramenta de consulta à obrigatoriedade ao eSocial e à DCTFWeb. Com essa ferramenta, o contribuinte pessoa jurídica pode consultar quando começa a obrigatoriedade do envio das informações ao eSocial para

a sua empresa, bem como o mês de início da obrigatoriedade da transmissão da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTFWeb.

Para acessar a consulta, o contribuinte deve acessar o Portal WEB (<https://portal.esocial.gov.br>), fazer o login utilizando certificado digital – ou código de acesso, para os contribuintes autorizados a usar esse tipo de acesso –, clicar na aba Empregador/Contribuinte > Consulta Obrigatoriedade.

Importante: Os contribuintes do grupo 4, ao tentarem realizar o login, já receberão a informação do início da obrigatoriedade ao eSocial e à DCTFWeb, não sendo necessário o efetivo acesso ao sistema.



CNAE

• Empresas Devem Realizar Atualização Conforme Instrução Normativa RFB 1.867/2019:

Atualização CNAE

Empresas com CNAE inexistentes na nova portaria - e que não atualizaram o eSocial com o novo código - estão recebendo mensagem de erro (301 ou 234) ao tentar fechar a folha de pagamento (evento S-1299)

Publicado: 08/05/2019 10h23,

Última modificação: 08/05/2019 11h01

Atualizado em 08/05/2019, 11h00

A tabela de códigos CNAE utilizada pelo eSocial foi atualizada em janeiro/2019. O código CNAE a ser preenchido nos eventos de tabela de Estabelecimentos (S-1005) deve respeitar o Anexo I da Instrução Normativa RFB 971/2009, com as alterações da Instrução Normativa RFB 1867/2019. Essa orientação foi publicada no portal do eSocial 01/03/2019, na Nota Técnica 11/2019.

Com relação aos códigos de CNAE:

a) Os códigos criados pela Instrução Normativa RFB 1867/2019 possuem início de vigência no eSocial em 01/01/2019;

b) Os códigos com alteração de descrição pela Instrução Normativa RFB 1867/2019 tiveram término de vigência em 31/12/2018 (descrição anterior) e início de vigência em 01/01/2019 (descrição atual);

c) Os códigos que deixaram de existir pela Instrução Normativa RFB 1867/2019 têm término de vigência no eSocial em 31/03/2019. A partir da competência 04/2019 o evento S-1005 deverá ter o CNAE atualizado.

ORIENTAÇÕES:

Dessa forma, caso o código CNAE cadastrado anteriormente pelo empregador não conste no Anexo I da IN 1867/2019, o empregador deverá enviar um evento S-1005 preenchendo o grupo NOVA VALIDADE com data de início em 04/2019 e informando o CNAE atualizado. Depois de atualizar as tabelas de estabelecimentos, o empregador deverá reenviar o evento de fechamento da folha (S-1299).

(Fonte: RFB – eSocial)

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

• **Exigência de Inscrição do Motorista de Transporte Remunerado Privado Individual de Passageiros como Contribuinte Individual:** O Decreto nº 9.792/2019, DOU de 15 de maio de 2019, regulamenta o inciso III do parágrafo único do Art. 11-A da Lei n. 12587/2012, que dispõe sobre a exigência de inscrição do motorista de transporte remunerado privado individual de passageiros como contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social.

Com essa publicação, compete exclusivamente aos Municípios e ao Distrito Federal regulamentar e fiscalizar o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, além das exigências previstas na Lei n. 12587/2012, a inscrição do motorista como contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social.

A inscrição como segurado contribuinte individual será feita diretamente pelo motorista de transporte remunerado privado individual de passageiros, preferencialmente pelos canais eletrônicos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

O motorista poderá optar pela inscrição como microempreendedor individual, desde que atenda aos requisitos de que trata o art. 18-A da Lei Complementar n. 123/2006.

A comprovação da inscrição perante as empresas responsáveis por aplicativos ou por outras plataformas digitais de transporte remunerado privado individual de passageiros é de responsabilidade do motorista e caberá ao INSS fornecer os respectivos comprovantes, preferencialmente por meio de seus canais eletrônicos de atendimento.

Para fins da confirmação da existência ou não da inscrição dos segurados no Cadastro Nacional de Informações Sociais e do respectivo número de inscrição, as empresas responsáveis pelos aplicativos ou por outras plataformas digitais de transporte remunerado privado individual de passageiros poderão firmar, após autorização do INSS, contrato de prestação de serviços com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, ressalvado o acesso aos dados protegidos pelo sigilo fiscal.

Os dados necessários ao cumprimento do disposto neste artigo serão disponibilizados, por meio eletrônico, a cada empresa exploradora, que será responsável pelo custeio do acesso direto às informações dos sistemas do INSS e pela manutenção do sigilo dos dados, nos termos do disposto na Lei n. 13709/2018.

O motorista de transporte remunerado privado individual de passageiros recolherá sua contribuição ao Regime Geral de Previdência Social por iniciativa própria, nos termos do disposto no inciso II do caput do art. 30 da Lei n. 8212/1991.

LIMPEZA DA BASE DE DADOS

• **Ambiente de Produção Restrita Acontecida em 20/05:** No dia 20/05/2019, segunda-feira, a produção restrita (ambiente de testes) ficou fora do ar para procedimento de limpeza da base de dados. As empresas que enviaram eventos nesse ambiente de testes deverão reenviá-los posteriormente. Para realização da limpeza, o sistema ficou indisponível das 08h às 17h do dia 20.

Fonte: Portal do eSocial

TRABALHO

FGTS

• **Manual de Orientação Retificação de Dados, Transferência de Contas Vinculadas e Devolução de Valores Recolhidos a Maior - Versão 3:** A Circular CAIXA n. 857/2019, DOU de 23 de maio de 2019, divulga a atualização do Manual de Orientação Retificação de Dados, Transferência de Contas Vinculadas e Devolução de Valores Recolhidos a Maior, como instrumento disciplinador dos procedimentos pertinentes junto ao FGTS, versão 3, disponibilizada no sítio da CAIXA, www.caixa.gov.br, opção download FGTS Manuais Operacionais.

Esta Circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Circular CAIXA 757/2017.

ESOCIAL

• **Grupo 2 Poderá Utilizar GRF e GRRF até Outubro/2019:** A Circular CAIXA n. 858/2019, DOU de 23 de maio de 2019, dispõe sobre os procedimentos pertinentes à geração e arrecadação da guia de recolhimento mensal e rescisório do FGTS durante período de adaptação à obrigatoriedade à prestação de informações pelo eSocial.

Com essa publicação, a Caixa Econômica Federal fixou novo prazo limite para as empresas do Grupo II do eSocial (faturamento em 2016 de até R\$ 78 milhões) utilizarem as atuais GRF e GRRF.

Durante o período de adaptação à obrigatoriedade de informações pelo eSocial, esses empregadores poderão, até a competência outubro/2019, efetuar o recolhimento pela GRF, emitida pelo SEFIP.

As guias referentes aos recolhimentos rescisórios GRRF poderão ser utilizadas por essas empresas para aqueles desligamentos de contratos de trabalho ocorridos até 31 de outubro de 2019.

GESTANTES E LACTANTES

• **STF Confirma Proibição de Trabalho Insalubre:** No último dia 29 de maio de 2019, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o trecho da reforma trabalhista que permitia gestantes e lactantes trabalharem em atividades in-

salubres. Para a maioria dos ministros, a expressão “quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher”, contida nos incisos II e III do artigo 394-A da CLT, afronta a proteção constitucional à maternidade e à criança.

Com a decisão, conforme explicou o ministro Alexandre de Moraes, fica valendo o texto antigo da CLT, que, antes das alterações introduzidas pela Lei n. 13.467/2017, afastava a gestante de atividades e locais insalubres.

Fonte: Portal do STF

ICMS

ICMS ST

• **Operações com Produtos Alimentícios – Alteração no o Protocolo ICMS 188/2009:** O Protocolo ICMS n. 17/2019, DOU de 09 de maio de 2019, altera o Protocolo ICMS 188/2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios.

Com essa publicação, o disposto no Protocolo ICMS 188/2009 não se aplica às operações interestaduais com bens e mercadorias listados nos grupos VII - PRODUTOS a BASE DE TRIGO e FARINHAS, VIII - ÓLEOS e X - PRODUTOS HORTÍCULAS e FRUTAS, todos do Anexo Único deste protocolo, quando tiverem como destino o Estado do Paraná.

Este protocolo produzirá seus efeitos a partir de 1º/07/2019.

• **Operações com Lâmpada Elétrica, Diodos e Aparelhos de Iluminação – Alteração no Protocolo ICM 17/1985:** O Protocolo ICMS n. 18/2019, DOU de 09 de maio de 2019, altera o Proto-

colo ICM 17/1985, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com lâmpada elétrica, diodos e aparelhos de iluminação.

Com essa publicação, fica alterado o item 5 do Anexo Único do Protocolo ICM 17/1985, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ITEM	CEST	NCM	DESCRIÇÃO	MVAST
5.	09.005.00	8539.50.00	Lâmpadas de LED (Diodos Emissores de Luz)	63,67

• **Substituição Tributária nas Operações com Bebidas Quentes - Adesão do Estado do Pará e Altera o Protocolo ICMS 103/2012:** O Protocolo ICMS n. 21/2019, DOU de 09 de maio de 2019, dispõe sobre a adesão do Estado do Pará e altera o Protocolo ICMS 103/2012, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bebidas quentes.

Este protocolo produzirá seus efeitos a partir de 1º/07/2019.

PROTOCOLO ICMS 69/2008

• **Adesão do Estado de Roraima:** O Protocolo ICMS n. 19/2019, DOU de 09 de maio de 2019, dispõe sobre a adesão do Estado de Roraima ao Protocolo ICMS 69/2008, que dispõe sobre os critérios para partilha de recursos entregues aos Estados e Distrito Federal pela União a título de compensação do ICMS desonerado nas exportações de produtos primários e semi-elaborados e nos créditos de ICMS decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente, e de fomento às exportações.

NT 2019.001

• **Publicada a Versão 1.00:** Foi publicada no dia 03 de maio de 2019 no Portal da NF-e (<http://www.nfe.fazenda.gov.br/>)

portal/informe.aspx?ehCTG=false&Informe=ScmzxWjpJe8=) a versão 1.00 da NT 2019.001, que divulga novas regras de validação e atualiza regras existentes da NF-e/NFC-e versão 4.0, com os seguintes objetivos:

- Dificultar utilização de código de segurança fraco;
- Melhorar o controle de documentos referenciados e da identificação do destinatário;
- Descrever benefícios fiscais e informações da tributação do ICMS com mais precisão;
- Criação de valor máximo para a base de cálculo do ICMS, por unidade federada;
- Melhor gerenciamento de informações sobre o destinatário, tanto no serviço de autorização de NF-e quanto no serviço de registro de EPEC.

EFD-ICMS/IPI

• **PVA Versão 2.5.2:** De acordo com a notícia do Portal do Sped do dia 27 de maio de 2019 (<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/3064>), foi publicada versão corretiva do PVA da EFD ICMS/IPI.

Portanto, está disponível a versão 2.5.2 do PVA da EFD ICMS/IPI, com correções na validação da consolidação dos valores de débito especial de ICMS ST (C197 x E210), conforme previsto no leiaute da EFD.

ALTERAÇÕES NO RICMS/RS DIVULGADAS PELA SEFAZ/RS

1) Decreto n. 54.621/2019, DOE de 27/05/2019 - ICMS ST - Operações com bebidas quentes – Alterações no PMPF – Retificação da alteração 5030 do art. 1º do Decreto nº 54.515/2019, publicado no DOE de 27/02/19, para corrigir o preço das bebidas dos itens 5.66 e 5.67 e as descrições das embalagens das bebidas dos itens 21.6 e 21.7.

Sendo assim, com essa publicação ficam alterados os itens 5.66; 5.67; 21.6; e 21.7 do art. 1º do Decreto nº 54.515/2019, que modifica o RICMS/RS, conforme segue:

5.66	Esquilador	pet de 761 a 1000 ml	4,78	-
5.67	Esquilador	vidro de 521 a 670 ml	-	2,61
21.6	Castel Franco branco	vidro de 761 a 1000 ml	10,23	-
21.7	Castel Franco tinto	vidro de 761 a 1000 ml	9,96	-

2) Decreto n. 54.625/2019, DOE de 29/05/2019 - Exclusão do Estado de Santa Catarina da aplicação do regime de substituição tributária nas operações com mercadorias de alguns segmentos

a. **Alt. 5047** - Prot. ICMS 03/19 - Exclui o Estado de Santa Catarina do regime de substituição tributária nas operações com lâmpadas elétricas, diodos e aparelhos de iluminação. (Lv. III, art. 154)

b. **Alt. 5048** - Prot. ICMS 04/19 - Exclui o Estado de Santa Catarina do regime de substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno. (Lv. III, art. 202, nota 01)

c. **Alt. 5049** - Prot. ICMS 06/19 - Exclui o Estado de Santa Catarina do regime de substituição tributária nas operações com artigos de papelaria. (Lv. III, art. 230, nota 01)

d. **Alt. 5050** - Prot. ICMS 08/19 - Exclui o Estado de Santa Catarina do regime de substituição tributária nas operações com materiais elétricos. (Lv. III, art. 198, nota 01)

e. **Alt. 5051** - Prot. ICMS 10/19 - Exclui o Estado de Santa Catarina do regime de substituição tributária nas operações com ferramentas. (Lv. III, art. 194, nota 01)

ALTERAÇÕES NO REGULAMENTO

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul procedeu as seguintes alterações no Regulamento do ICMS:

- Alt. 5047 a 5051 - Decreto n. 54.625 - DOE 29.05.19.

Os referidos decretos poderão ser consultados na Internet, no endereço <http://www.cca.com.br/>.

ALTERAÇÕES NA IN/DRP Nº 45/98, DIVULGADAS PELA SEFAZ/RS

1) Instrução Normativa RE nº 23/2019, DOE de 30/05/2019 - UIF-RS - Junho de 2019 - Acrescenta o valor da Unidade de Incentivo do FUNDOPEM-RS (UIF-RS) para o mês de junho de 2019.

No Apêndice XXVI, fica acrescentado o valor da UIF-RS para o mês de junho de 2019, com fundamento no Decreto n. 49.205/2012, art. 30, parágrafo único, conforme segue:

Ano	Mês	Valor (R\$)
2019	Jun	26,26

RECOLHIMENTO FORA DE PRAZO

TRIBUTOS FEDERAIS

• IRPJ, IRPF, CSLL, IR-FONTE, IPI, PIS, COFINS, INSS e SIMPLES

1 - JUROS: Os juros de mora deverão ser calculados nos seguintes percentuais:

Juros devidos em junho (%)						
Venc.	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Jan	54,62	44,13	31,47	18,24	9,22	3,02
Fev	53,83	43,31	30,47	17,37	8,75	2,53
Mar	53,06	42,27	29,31	16,32	8,22	2,06
Abr	52,24	41,32	28,25	15,53	7,70	1,54
Mai	51,37	40,33	27,14	14,60	7,18	1,00
Jun	50,55	39,26	25,98	13,79	6,66	
Jul	49,60	38,08	24,87	12,99	6,12	
Ago	48,73	36,97	23,65	12,19	5,55	
Set	47,82	35,86	22,54	11,55	5,08	
Out	46,87	34,75	21,49	10,91	4,54	
Nov	46,03	33,69	20,45	10,34	4,05	
Dez	45,07	32,53	19,33	9,80	3,56	

2 - MULTA DE MORA: 0,33% por dia de atraso, limitado a 20%.

As multas de mora a que se refere o art. 61, da Lei n. 9.430/96, aplicam-se retroativamente aos pagamentos de débitos para com a União, efetuados a partir de 1º de janeiro de 1997, independentemente da data de ocorrência do fato gerador - Ato Declaratório (Normativo) n. 01/97 - DOU de 10 de janeiro de 1997.

• **FGTS:** Após o dia 7 do mês seguinte ao de competência, os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ficam sujeitos à atualização monetária mediante aplicação dos percentuais divulgados pela Caixa Econômica Federal.

FGTS em atraso		Acréscimos Legais
Atualização Monetária	De acordo com Tabela divulgada pela CEF.	
Juros	0,5% ao mês ou fração.	
Multa	5%, quando pago no mês do vencimento; 10%, quando pago após o mês do vencimento.	

TRIBUTOS ESTADUAIS (RS)

• **ICMS:** ICMS vencido no período de 28/12/2000 a 31/12/2009, será atualizado pela variação da UPF-RS, dividindo-se o valor do imposto devido, expresso em moeda corrente, pelo valor da UPF-RS vigente no dia subsequente ao de ocorrência do fato gerador ou, conforme o caso, do encerramento do período de apuração a que corresponder, e multiplicando-se o resultado pelo valor da UPF-RS vigente em 1º/01/2010.

Após 1º/01/2010 não haverá atualização monetária.

ICMS em atraso	Acréscimos Legais
Atualização Monetária	Variação da UPF, conforme disposto acima.
Juros	1% ao mês-calendário ou fração, a partir de 30/06/97 até 31/12/2009 e, a partir de 1º/01/2010, juros SELIC, de acordo com as regras previstas na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Cap. II
Multa	0,334% por dia de atraso, até o limite de 20%. (Lei nº 13.711, de 06/04/11)

TRIBUTOS MUNICIPAIS (PORTO ALEGRE-RS)

• ISSQN:

Atualização Monetária: com a extinção da UFIR, a atualização monetária deixou de ser exigida no município.

Multa de mora: os percentuais de multa incidentes sobre os recolhimentos do ISSQN em atraso são:

- 2% sobre o valor atualizado, quando o pagamento ocorrer ainda no curso do mês de vencimento do imposto; e,
- 10%, sobre o valor atualizado, quando o pagamento ocorrer após o mês de vencimento do débito.

Juros de mora: são calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento do débito, tomando por base a taxa SELIC, acumulada mensalmente, ou outro que venha a substituí-la.

O percentual de juros de mora relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado será de 1%. Nos termos do art. 270, § 5º do Decreto nº 15.416/06, em nenhuma hipótese os juros de mora poderão ser inferiores a 1% (um por cento).

INFORMES ECONÔMICOS

INFORMES ECONÔMICOS

S. MÍNIMO NAC - A partir de Jan/19	R\$ 998,00
UPF/RS - 2019	R\$ 19,5356
UFM - P. Alegre – 2019	R\$ 4,1771
UPC – 2º Trimestre/2019	R\$ 23,54
TJLP – 2º Trimestre/2019	0,5217 a.m. 6,26% a.a.
INPC (IBGE) - Maio/2019	0,15%
IGP-M (FGV) - Maio/2019	0,45%
SELIC - Maio/2019	0,54%
TR - Junho/2019	0,0000%
UIF-RS - Junho/2019	R\$ 26,26
INDICADORES EXTINTOS	
OTN - Janeiro/89	Cz\$ 6.170,19
OTN Fiscal-Extinta em 16.01.89	Ncz\$ 6,92
BTN - Fevereiro/91	Cr\$ 126,8621
BTN Fiscal-Extinta em 01.02.91	Cr\$ 126,8621
UFIR 2000 - Extinta em 27/10/00	R\$ 1,0641

DÓLAR: COTAÇÃO DIÁRIA

Data	Dólar dos EUA	
	Compra	Venda
02/05/2019	3,96440	3,96500
03/05/2019	3,93820	3,93880
06/05/2019	3,96180	3,96240
07/05/2019	3,98740	3,98800
08/05/2019	3,93380	3,93440
09/05/2019	3,96670	3,96730
10/05/2019	3,95720	3,95780
13/05/2019	3,98840	3,98900
14/05/2019	3,97820	3,97880
15/05/2019	4,00250	4,00310
16/05/2019	4,01320	4,01380
17/05/2019	4,08380	4,08440
20/05/2019	4,10500	4,10560
21/05/2019	4,08040	4,08100
22/05/2019	4,02220	4,02280
23/05/2019	4,05070	4,05130
24/05/2019	4,03160	4,03220
27/05/2019	4,02040	4,02100
28/05/2019	4,02690	4,02750
29/05/2019	3,99590	3,99650
30/05/2019	3,97140	3,97200
31/05/2019	3,94010	3,94070
03/06/2019	3,89970	3,90030
04/06/2019	3,87040	3,87100
05/06/2019	3,86050	3,86110
06/06/2019	3,87200	3,87260
07/06/2019	3,85650	3,85710